

HABEAS CORPUS Nº 483.895 - PR (2018/0333173-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ALINE JULIANA RIBEIRO BREK E OUTRO
ADVOGADOS : ALINE JULIANA RIBEIRO BREK - PR077989
ANA PAULA DE OLIVEIRA - PR089489
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MAYCON ANTONIO DA SILVA PINHEIRO (PRESO)

DECISÃO

MAYCON ANTONIO DA SILVA PINHEIRO ajuíza pedido de reconsideração contra a decisão de fls. 42-43, em que indeferi liminarmente o habeas corpus, sob o argumento de deficiência da instrução.

Juntados os documentos, é o caso de **reconsiderar** a decisão ora objurgada.

Passo à análise do pedido liminar.

Inicialmente, observo que **a Corte local não analisou a tese de ausência de fundamentação do decreto cautelar**, evidenciando-se, assim, a impossibilidade de conhecimento do tema, sob pena de vedada **supressão de instância**.

Quanto ao alegado **excesso de prazo**, observo que a Corte local consignou que, encerrada a instrução processual, "ultrapassada está, portanto, a arguição de que o tempo para a formação da culpa fora extrapolado, conforme preceitua a Súmula n. 52 do c. Superior Tribunal de Justiça" (fl. 32). A superação desse entendimento, além de exigir inviável análise vertical dos autos ainda em juízo prelibatório, confunde-se com o próprio mérito do *mandamus*, motivo pelo qual deverá ser analisada em momento oportuno pelo órgão colegiado, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores dos pedidos.

À vista do exposto, **reconsidero** a decisão de fls. 42-43 e **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao magistrado singular sobre os fatos alegados na inicial, devendo informar qualquer alteração no quadro fático atinente à ação penal de que se cuida.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 20 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

